



ACÓRDÃO Nº 638/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1648/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Cultura – SEC.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Robério dos Santos Pereira Braga - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 733/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.1946/1965).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura - SEC. Exercício de 2013.

Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Roberio dos Santos Pereira Braga**, Ordenador de Despesa, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Recomendar à Secretaria de Estado de Cultura – SEC, que:

10.2.1. Crie de forma imediata a regulamentação para que a Prestação de Contas Anuais da AADC possa seguir os padrões técnicos exigidos previamente;

10.2.2. Verifique e atualize a documentação de todos os servidores a fim de evitar novas transgressões;



ACÓRDÃO Nº 638/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.3.** Crie um setor responsável pelo controle interno no âmbito da CGL, com pessoal de carreira específico, de modo a ter independência, contribuído para o incremento do sistema de controle interno ditado na Constituição Estadual e ainda cumpra o que exige inciso III, do art. 10, da Lei Orgânica do TCE/AM (Lei Estadual nº 2.423/96);
- 10.3. Dar quitação ao Sr. Roberio dos Santos Pereira Braga**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Determinar** a SEPLENO - Secretaria do Tribunal Pleno o arquivamento do presente processo.
- 11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 13 de Junho de 2017.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral